



## DE CASINHOLOS, MALOCAS E MARGINAIS.

### As classes perigosas e suas incômodas moradias

Luis Stephanou

**Resumo:** Este artigo parte das seguintes perguntas: como é construído o imaginário social e cultural em torno do processo de urbanização, sobretudo no que se relaciona às moradias de classes populares? Quais as percepções que estas narrativas tracejam em torno da questão urbana? E, possivelmente a questão mais importante, como este imaginário sobre a moradia popular opera na formatação de políticas públicas relacionadas a este campo? As reflexões que constam neste artigo têm como principal fonte pesquisa realizada no jornal Correio do Povo, entre janeiro de 1955 e dezembro de 1975. E, apesar deste levantamento de dados estar restrito somente ao município de Porto Alegre-RS, é fácil perceber que o processo que ali ocorreu está totalmente associado com o que aconteceu no restante do país. A construção do imaginário em torno das moradias populares opera um processo de estigmatização de seus moradores. E esta estigmatização é produzida em dois aspectos: por um lado, esta parte da população é visível como um problema de ordem social e moral. Por outro lado, é invisível na formulação de políticas para a solução deste problema. Assim, os moradores de “vilas de malocas” são, ao mesmo tempo, visíveis e invisibilizados. Seja como for, a pesquisa evidencia a centralidade da moradia no debate sobre a questão urbana – algo atualmente ainda muito presente. Por fim, ressalte-se que as concepções de exclusão socioterritorial, embora a perspectiva higienista tenha perdido força, não somente se mantiveram nos dias de hoje como se sofisticaram. O pobre é aquele que deve ter sua moradia segregada; e esta “lei não escrita” tem sua origem neste período, nos debates sobre vilas de malocas, favelas, casinholos e marginais. Algo velho, mas sempre renovado.

**Palavras-chave:** Processos sociais, urbanização, mídia, moradia popular, estigma e exclusão territorial.



## Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar como, através da mídia, vai se consolidando certa percepção em torno da moradia popular<sup>1</sup>. Evidentemente esta percepção parte de pontos de referência que são mais amplos do que àqueles apresentados pela mídia, mas há que se considerar o seu papel na difusão de ideias que já estão instaladas nas esferas sociais da cidade e também junto aos atores relevantes de instituições públicas de Estado, no caso relacionados ao âmbito de Porto Alegre. Aqui se pode destacar como agentes públicos da Prefeitura interagem e são pressionados por notícias sobre os problemas da cidade, particularmente os relacionados à moradia popular e, também, como o debate político na Câmara de Vereadores ecoa nos periódicos e vai colaborando na concepção do que pé problema e de quais são as soluções mais adequadas na questão das chamadas “vilas de malocas”.

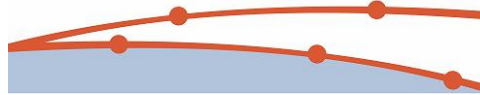
O conceito básico que norteou a seleção de aspectos a serem analisados neste trabalho foi o de estigma, seguindo as proposições teóricas que o cientista social canadense Erving Goffman (1988) formula em sua já clássica obra sobre o assunto.

É certo que se poderia ter trilhado outros caminhos, tais como centrar a análise na exclusão territorial, que está intimamente relacionada com o processo de concentração capitalista no mundo urbano, a partir da organização de estoques de terras e vazios urbanos que permitiram décadas de especulação imobiliária, ainda atuante hoje em uma cidade como Porto Alegre. Também teria sido possível centrar o texto no processo de urbanização propriamente dito, demonstrando como a expulsão de populações do campo inchou Porto Alegre e foi definindo a paisagem urbana das “vilas de malocas”. Neste caso, a formação de bolsões de miséria seria destacada a partir de conceitos como exclusão urbana, favelização e periferia.

Contudo, a opção que acabou prevalecendo – e neste aspecto a noção de estigma se encaixa perfeitamente – foi a de centrar a análise na construção de um imaginário em torno da exclusão. A visão de um conjunto de casas precárias e uma população favelizada costuma provocar duas classes de reação diferentes: uma mescla um sentimento de vergonha e raiva pela existência de seres humanos naquela condição; outra, na maioria das ocasiões mais

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



contundente, denota medo da necessidade de algum tipo de convivência com aquela condição humana degradada. Curiosamente, ambos sentimentos impelem para uma postura reformista, de erradicação da favela. Nos interessa, sobretudo ver como o medo ao morador das vilas de malocas (o “marginal”) foi produzindo o processo de estigmatização. E, como este processo foi fundamental para as tentativas de solucionar o problema da miséria explícita das moradias populares através da erradicação das chamadas vilas de malocas.

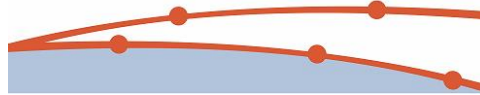
O trabalho está centrado na análise de notícias publicadas no jornal *Correio do Povo* entre janeiro de 1955 e dezembro de 1975<sup>2</sup>. No trabalho de coleta de dados, teria sido interessante ter recuado um pouco mais e, ao mesmo tempo, avançado um pouco mais. Segundo Laudelino Medeiros (1951), em Porto Alegre os primeiros conjuntos de casas precárias surgiram por volta de 1946 ou 1947, o que tornaria oportuno se chegar a esta espécie de “marco zero” do problema habitacional na antiga Porto Alegre.

Por outro lado, o esforço para avançar até o período de redemocratização do país provavelmente teria encontrado um cenário diferenciado do ponto de vista dos atores que estavam na época envolvidos no tema da moradia popular. Ainda que a problemática social não tivesse mudado consideravelmente, talvez até piorado em alguns indicadores, é muito provável que a resposta de diversos protagonistas tenha sido diferente. É o que apontam alguns estudos relacionados ao surgimento dos novos movimentos sociais, tais como Kowarick (1979) e Moisés et al (1985), que demonstram como o protagonismo na questão urbana era um dos componentes mais expressivos daquela década de superação da ditadura e instauração da democracia no país.

Contudo, limitações de toda ordem impediram estas prospecções mais amplas, mas sem dúvida o período pesquisado já é considerável e o resultado alcançado justifica suas possibilidades enquanto material de análise. Ao todo foram coletadas 1.349 notícias do *Correio do Povo* para o período acima mencionado<sup>3</sup>, sendo que 328 foram consideradas

<sup>2</sup> Agradeço a colaboração do sociólogo Ivan Dourado, professor na Universidade de Passo Fundo. Sem sua qualificada e entusiasmada participação teria sido impossível, de forma solitária, ler os calhamaços do antigo *Correio do Povo* abarcando um período tão significativo de tempo.

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada junto ao Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. Os seguintes períodos não foram consultados por não haver disponibilidade de exemplares do *Correio do Povo* nestas datas: Fevereiro de 1959; Dezembro de 1960; Dezembro de 1961; Fevereiro, Março, Abril, Agosto, Outubro, Novembro e Dezembro de 1964. Assim, no universo de 240 meses de abrangência desta pesquisa, 10 meses não foram pesquisados. Outros oito meses (Junho de 1965; Março de 1966; Junho de 1967; Junho, Setembro e Dezembro de 1968; Dezembro de 1971 e Fevereiro de 1974) foram meses em que não foi encontrada nenhuma notícia relevante sobre a questão urbana em Porto Alegre.



relevantes no que se relaciona à questão urbana - apontavam para questões de fundo, mais estruturais. Destas foram selecionadas 25 notícias que fazem parte deste estudo, das quais somente 07 estão citadas no texto que segue e se encontram apontadas nas referências.

### **De casinholos, malocas e marginais: a produção da moradia estigmatizada.**

Naquela plácida e ensolarada manhã, no distante 27 de março de 1955, um típico senhor portoalegrense, chefe de família e morador de um bairro de classe média, tranquilamente toma seu café enquanto folheia o alentado exemplar do Correio do Povo. Normalmente sua leitura se resume às notícias de futebol e política nacional e internacional, mas é domingo e ainda há um tempo até a família ir à missa. O título do editorial lhe chama a atenção: “De novo o problema das malocas”. E, instigado pelo assunto, resolve ler o que segue...

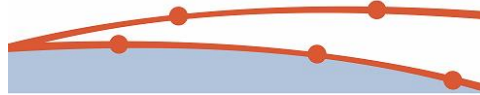
A questão, no entanto, há de ser colocada sob outro prisma: o do interesse superior da coletividade. Este exige que não haja malocas, as quais, com a sua clamorosa falta de higiene, são focos de doenças e epidemias. E de desordem e criminalidade.

Não se deve permitir que continuem a surgir malocas por toda parte. Certamente é horrível que haja gente sem casa para morar, mas muito pior é sujeitar uma população inteira aos riscos que decorrem da proliferação deste gênero de habitação (CORREIO DO POVO, 27/03/1955, p. 04).

É claro que este senhor, passados mais de vinte anos deste modorrento acontecimento, não se lembrará de nada relacionado à sua leitura. Contudo, vamos imaginar que novamente este senhor estará lendo seu jornal predileto, o sizado Correio do Povo. No editorial de 28 de dezembro de 1975 ele encontrará o seguinte libelo

Temos dito, reiteradas vezes, nestas colunas, que não basta urbanizar e dar assistência às chamadas “vilas de malocas”, como vem fazendo louvavelmente a Prefeitura Municipal nas duas Restingas e noutros aglomerados de favelas. É preciso mais. Torna-se necessário, pela ação fiscalizadora, impedir que surjam novas construções desse tipo não em locais pré-determinados, mas por todos os pontos da cidade. No centro e nos bairros. Como uma praga, como um câncer social.

Agora, está chegando a vez da Zona Sul, nos bairros balneários, que se estendem desde o Cristal até a Serraria. Na Vila Conceição, na descida para a Avenida Coronel Marcos, estão proliferando barracos, à beira mesmo da faixa asfáltica. Até os moradores do Morro Espírito Santo, apesar da distância do Centro, estão tendo também seu indesejável quinhão... Sem planta, sem



licença, sem higiene, para prejuízo e intraquilidade dos moradores do local que pagam impostos e construíram suas casas de acordo com todas as exigências legais.

Por quê não embargam e não deslocam as autoridades competentes essas construções clandestinas? Será lícito submeter os que cumprem a lei a convizinharem com os que não a cumprem? (CORREIO DO POVO, 28/12/1975, p. 04).

Um pouco mais de vinte anos separam estas notícias no tempo, mas se tivessem sido publicadas na sequência de dois domingos, os leitores não teriam notado praticamente nenhuma ruptura; pareceria uma espécie de sequência dos fatos, sendo noticiados um após o outro. O assunto é o mesmo e a abordagem principal também mostra uma espantosa semelhança. Ou nem tão espantosa, pois a temática da moradia popular nas páginas do Correio do Povo aparece como uma monótona história que se repete, somente mudando os lugares da cidade. E há, também, lugares que se repetem. Os personagens são praticamente os mesmos e a mensagem assume ares de catequese: a questão urbana é a questão da moradia popular, dos casinhos e vilas de malocas que devem ser extirpados da paisagem da cidade.

A principal mensagem, inalterada neste período de 20 anos, é que o problema da subabitação não é somente um problema social dos pobres. O “interesse superior da coletividade” está relacionado com a percepção de que não é “lícito submeter os que cumprem a lei” à obrigação de convívio com os que não a cumprem. Assim, esta coletividade dos proprietários deve ter, por parte do Estado – no caso a Prefeitura – a garantia de que outra coletividade (que sequer é entendida como tal) não tenha o direito de conviver junta, no mesmo território.

A questão central é que, apesar de ambos agrupamentos poderem ser caracterizados como moradores de Porto Alegre, não é isto que os define na relação com a cidade. Enquanto nas páginas de jornal uns são considerados cidadãos de bem, outros são considerados marginais. Na medida em que se instaura esta dicotomia do eu e do outro, há a produção de um estigma social.

Erving Goffman (1988) nos ensina que estigma é um conceito que vem dos antigos gregos, que o utilizaram para estabelecer a diferença na leitura dos corpos entre os cidadãos e os que, através de marcas de ferros ou outras inscrições na carne, eram escravos ou considerados traidores ou criminosos. Depois, mas sempre tendo presente as marcas



corporais, o conceito se ampliou para a possibilidade de associar estigmas a dons ou graças e, também, num sentido negativo, a situações médicas de distúrbio corporal. Desta rápida história, Goffman (1988) trata de perceber a existência de três tipos diferentes de estigmas: há o que ele denomina “abominações do corpo” – a variada gama de deformidades físicas, sejam elas entendidas num sentido piedoso ou culposo. A segunda referência está relacionada ao que se denominam “culpas de caráter individual”, que abrangem um amplo leque comportamental e, por fim, “há os estigmas tribais, de raça, nação e de religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Para este autor, ciganos, mendigos, músicos de jazz, homossexuais, malandros e outros que vivem fora do padrão cultural e social dominante estão “engajados numa espécie de negação coletiva da ordem social” (GOFFMAN, 1988, p. 154). Eles integram o que este autor denomina “comunidade de estigmatizados”.

Portanto, nesta terceira categoria de estigmas, os sociais, é possível de forma criativa também associar os que moram em situação de precariedade social, nas favelas. Sua simples situação de favelados ou de maloqueiros ou, ainda, de marginais, lhes garante uma condição de estigmatizados perante a sociedade mais ampla. Não há nenhuma necessidade de terem feito algo, de estarem envolvidos em alguma espécie de conflito; basta existirem da forma que existem. Os moradores de favelas ou vilas populares são o outro – estão numa circunstância de alteridade, que lhes condiciona à vivência de uma identidade social estigmatizada. E esta é irremovível enquanto pendurar esta condição. É o que afirmam as duas notícias acima transcritas, separadas em 20 anos, mas aglutinadas em torno de uma mesma visão de mundo.

No seu trabalho, Goffman (1988) explora outras situações, mais relacionadas ao mundo da psicologia social ou das alteridades de costumes com viés cultural. Mas sua arguta leitura das noções de visibilidade e encobrimento também pode ser associada ao processo de estigmatização dos miseráveis na cidade. Para este autor, a noção de visibilidade é fundamental. As relações sociais que constroem uma narrativa de normalidade são àquelas nas quais os indivíduos buscam visibilidade; buscam construir informação social. E o contrário é o que deve ser encoberto. Assim é com as casas: as consideradas dentro da norma, ou seja, dentro da legalidade da cidade capitalista, devem ser expostas. As que negam a regularidade, que promovem “negação coletiva de ordem social” devem ser extirpadas. E a primeira forma de eliminá-las, veremos em detalhes mais adiante, é não nomeá-las pelo que são: moradias.



Erving Goffman (1988) é muito frutífero nos desdobramentos do conceito de estigma. Ele faz uma diferença sutil, mas muito importante, entre determinado indivíduo que no processo de estigmatização se encontra desacreditado ou é desacreditável. Ambos são estigmatizados, porém o que é desacreditado já assume a sua condição de estigmatizado, enquanto que o que ainda é possível que seja desacreditado ainda não tem presente esta condição para si mesmo. Esta sutil diferença é muito importante no âmbito dos moradores de “vilas de malocas”, pois ao assumirem a condição de estigmatizados estarão também assumindo a perspectiva de sofrerem processos de encobrimento social.

Assim, o conceito de estigma se revela muito apropriado para pensar o processo social em torno da moradia popular. Muito mais do que produzir casas populares, o que se produziu foram populações estigmatizadas. E a mídia teve um papel importante neste processo.

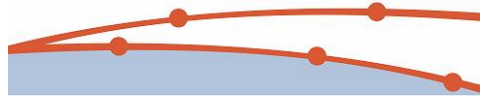
Assim, uma das questões já mencionadas é a centralidade da moradia popular como problema social. Em edital do dia 02 de novembro de 1957, o articulista do Correio do Povo escreve o seguinte:

Sob as mais diversas formas, ao mais triste e miserável estilo, dentro do panorama geral do Brasil, as palhoças, casebres de tábuas de caixão, cobertas com latas de querosene, ranchos de torrão e capim, formando os mocambos, favelas e malocas, são a imagem concreta, a mais real expressão da extrema miséria da humanidade que nêles se abriga.

Não se há de dar o nome de casa a esses casebres, ranchos e baiúcas. Consequentemente, embora possam abrigar gente honesta, com possibilidade de se libertar da miséria em que vive, muito menos caberá o nome de lar a êsses infectos ranchos e casebres.

O lar pressupõe a existência de família organizada, menos com vista às condições de vida em si, às condições econômicas e financeiras, do que às condições morais... Que reservas morais ou energias construtivas se poderá, entretanto, esperar dos membros de coletividades assim relegadas à extrema miséria, habitando mocambos, favelas ou malocas, onde falecem os mínimos requisitos de higiene para o corpo, sem que se fale nas deficiências alimentares, eufemismo com que passamos a definir a fome... (CORREIO DO POVO, 02/11/1957, p.04)

Como se vê, sob o manto de uma crítica piedosa e caritativa aos indivíduos dos mocambos, favelas e malocas, afinal eles podem ser gente honesta e há uma pequena possibilidade de ascenderem socialmente, se constrói e estigma inclusive a partir da eleição de palavras que podem defini-los em torno de uma identidade social. Eles não habitam casas e não constituem um lar, prerrogativas dos cidadãos de outros estratos sociais, com famílias



organizadas, negócios prósperos, higiene no corpo e condições morais adequadas para viverem na cidade. Eles somente podem ser definidos como favelados, maloqueiros ou habitantes de mocambos.

As palavras em si já ferem. O termo maloca remete à casa indígena ou, mais precisamente, casa de armas no tronco linguístico nheengatu (CÂMARA CASCUDO, 1972). Assim, o termo maloca tem uma dupla origem que associa este tipo de moradia ao medo e às possibilidades de discriminação. A maloca é a casa de armas, associada diretamente a produção de violência. O maloqueiro é um ser propenso à violência e à ofensa, seja por seus atos ou até mesmo somente por sua condição de existência. E, num sentido mais amplo e associável à questão urbana, na medida em que o termo maloca se refere a uma casa originalmente indígena, portanto situada no universo cultural e de existência de populações consideradas atrasadas por quem detém o poder político e o capital, ela é habitada por marginais que devem ser educados ou policiados. Suas opções são: adaptação a partir de mudanças ou contenção a partir da manutenção de sua condição perigosa. Os indígenas, assim como todos os maloqueiros, com seus costumes, moral etc atrapalham o progresso do país. O maloqueiro é visto como um “rapaz vadio, desprotegido, vil, maltrapilho e gatuno”. (Câmara Cascudo, p.540)

O mesmo sentido pode ser concedido ao termo mocambo, mais presente na literatura social do Nordeste e Norte do Brasil. A única diferença é que se refere a moradias organizados pelos negros, sobretudo nos conflitos sociais que originaram os quilombos liberdades (CÂMARA CASCUDO, 1972). Portanto, os mocambos também remetem às classes perigosas, tanto pelo perfil de quem é seu morador – a população negra – como pelo imaginário de lutas na defesa de suas liberdades, algo que o pensamento conservador dominante sempre enxergará como perigoso. Araújo (2018) aprofunda a relação entre urbanização e exclusão da população negra e suas consequências na atualidade. A autora demonstra como as soluções urbanas promoveram limpeza étnica nas cidades a partir de uma perspectiva centrada na eugenia.

Quanto ao termo favela, a explicação mais convincente sobre sua origem também é oferecida por Câmara Cascudo (1972), que afirma que favelados – os moradores das favelas – é um termo que provêm dos soldados que regressaram ao Rio de Janeiro após a Guerra de Canudos, no final do século XIX e, à espera de pagamentos que nunca vieram, ocuparam os morros no entorno do centro da cidade. Foram assim chamados por que favela é uma planta





muito comum nos sertões, local aonde se desenrolaram os combates. Portanto, os favelados também são destituídos de direitos e, como soldados que foram, associados a um imaginário de violência.

Assim, malocas (ou vilas de malocas, maloqueiros), favelas (favelados) ou moradores de mocambos são termos pejorativos para indicar a condição de moradia dos pobres urbanos.

Sandra Pesavento (1992) já percebia o processo de cerceamento das populações incômodas em Porto Alegre em um período anterior ao da formação das vilas de malocas. O período de sua análise abrange as notícias de jornais da década de 1860 até aproximadamente meados da década de 1910. Localiza nos bêbados, jogadores, prostitutas e vagabundos as principais ameaças à moral e aos bons costumes. Portanto, é entre trabalhadores que não conseguem vender com regularidade sua força de trabalho no mercado formal que se encontram os estratos das classes perigosas da cidade. Esta população desamparada também vive em moradias precárias, os cortiços do centro da cidade. Porém, estas moradias em si ainda não são uma afronta estética à cidade. O problema se reveste em outros aspectos, sobretudo os morais. Nas suas palavras,

Em particular, um problema se configurava para a burguesia emergente: o do assentamento de uma população pobre, trabalhadora das fábricas e que, por conveniência e controle, deveria habitar próxima dos locais de trabalho... Surgia assim, com o crescimento da cidade, o 'problema habitacional'. Se, para o pobre, ele se configurava em termos de encontrar um lugar onde morar a baixo preço, para a elite e o governo a questão apresentava outras conotações. Habitação para as classes menos afortunadas podia se converter numa fonte de renda para aqueles proprietários de casarões no centro da cidade, assim como também lotear zonas periféricas da cidade, afastadas do centro mas próximas às fábricas, se apresentava como um negócio lucrativo para a burguesia emergente que passava a investir na especulação imobiliária. Para a opinião pública em geral, de tendência conservadora, a existência de cortiços, porões, casebres e barracos sem ar e sem luz, infectados e superlotados, era um problema a ser atacado. Pobres no centro da cidade, à vista de todos, em antros de promiscuidade e sujeira, implicavam sobretudo uma questão moral que devia ser solucionada" (PESAVENTO, 1992, p.36-37).

A partir do surgimento das vilas de malocas, no final da década de 1940, a questão social em torno da moradia dos pobres urbanos iria se tornar muito mais acentuada. O problema, agora, se revestia de alguns elementos que antes não estavam presentes. A principal questão era o crescimento das populações empobrecidas, tanto vegetativo como

oriundo de migrações do campo<sup>4</sup>. O processo de industrialização funcionava como elo de atração de significativo contingente da população do interior do Estado e também de Santa Catarina (NEVES, 1962). A reportagem do Correio do Povo de 21 de setembro de 1975, entre outras que vão no mesmo tom, é bastante significativa sobre este aspecto.

Eles geralmente vem para a capital na esperança de dias melhores, um emprego no escritório, as lojas iluminadas, o crediário. Juntam as poucas coisas que possuem – roupas, um velho rádio e muita vontade de “melhorar a vida”.

Na cidade, enquanto essa melhoria não chega, procuram acomodar-se em casa de parentes ou, na falta destes, e sem condições financeiras para alugar, lançam mão, provisoriamente, de meia dúzia de tábuas velhas, algumas telhas de zinco enferrujadas e pronto: a casa não é mais problema. Pelo menos, por enquanto.

A realidade não demora a mostrar a sua outra face. Em um ano, a vida urbana, que em sonho fora tão fascinante, começa a revelar suas verdadeiras dimensões. O pouco salário ganho no emprego sem qualificação é insuficiente para o muito que a vida na cidade exige.

(...)

Constatada a desilusão que representa a total carência de oportunidades, que no interior foram o sonho de muitas noites acordadas, os novos habitantes da capital logo substituem a tristeza por uma teimosia pertinaz: “daqui não saio, daqui ninguém me tira” é a opinião de muitos, certamente revoltados com o pouco que lhes foi dado pelo destino, por eles mesmo escolhido (CORREIO DO POVO, 21/09/1975, p.09).

Outra questão que já estava presente antes do período das “vilas de malocas”, mas se acentuou no período pesquisado, era o discurso sanitarista. WEIMER (2004) aborda que a teoria dos miasmas, na qual ao ar pútrido poderia transmitir um sem fim de doenças através de mosquitos ou outras formas de contágio já estava cientificamente superada pelas teorias de transmissão de epidemias diretamente a partir dos animais, sem que se considerasse a questão da qualidade do ar.

Contudo, no alvoroço contra as subabitações, os elementos científicos eram esgrimidos a partir das prioridades políticas. A concepção que relacionava qualidade do ar (o que estava diretamente associado ao padrão das moradias), desordem moral e promiscuidade com proliferação de doenças ainda foi um potente instrumento de propagação de estigmas e adoção de políticas de combate às malocas através do higienismo social. Na formulação de Nora Gamalho,

---

<sup>4</sup> NEVES (1962) realiza estudo sobre esta questão focado na cidade de Porto Alegre, demonstrando em números a importância das migrações campo-cidade e o associado crescimento de moradias de subabitação na cidade.



O imaginário das malocas incorporava a ideia de contaminação, identificando o modo de vida dos ‘maloqueiros’ como patológico, noção recorrente nas representações da época, que exerceram o papel de mascarar a diferença social. A precariedade é manifesta nos documentos técnicos como algo intrínseco a essa população (GAMALHO, 2010, p. 127).

Uma análise crítica do conteúdo jornalístico, abaixo transcrita, é um bom exemplo do que Gamalho (2010) acima menciona.

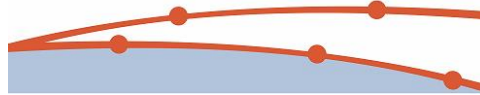
Em meio a tanta miséria, a promiscuidade não poderia faltar. Custa a crer como, em tantos desses pequenos casinhos, feitos de tábuas de caixão, tendo por coberta latas de todos os tipos e procedências, se abriguem famílias inteiras. Mas a verdade é que a promiscuidade ainda será o menor dos males, nesses aglomerados, onde a miséria, a falta de higiene, a começar pela inexistência, na maioria deles, de água potável, reduzem seus habitantes a uma sub-sociedade, dominada por todas as doenças e vícios (CORREIO DO POVO, 01/12/1959, p.04).

Assim, o imaginário de representações sociais em torno da moradia popular vai sendo construído. Desde o uso de termos que rapidamente se transformam em expressões pejorativas, a negação das características de constituição de família que vivem num ambiente de lar a esta parte da população até a associação com a proliferação de doenças, falta de possibilidade de hábitos morais, enfeimento da cidade, desvalorização de imóveis e práticas criminosas... tudo leva a única solução possível. A erradicação das “vilas de malocas”.

E os diversos ensaios relacionados a esta obsessão eram ambiciosos. Não se tratava somente do deslocamento físico deste conjunto da população para outras localidades, mas também uma transformação estrutural em suas formas de viver através da educação. Associado à mudança da paisagem urbana ambiental, deveria ocorrer uma transformação na “paisagem humana”. É o que se pode desprender da leitura do seguinte extrato, publicado no dia 25 de outubro de 1966.

Surgirá, assim, na área destinada a este vultuoso empreendimento, um nôvo super-bairro, para o qual estão previstas todas as condições indispensáveis a uma comunidade de tal porte, inclusive no que toca a obras contra as cheias. Com êsse empreendimento e outros ... Porto Alegre terá dentro de mais algum tempo, se não resolvido, pelo menos diminuído em grande parte, o déficit habitacional de que se ressentem nossas classes populares.

Aos poucos irão diminuindo as malocas, que não só enfeiam a cidade, como servem de atestado das precárias condições de vida de densas camadas populacionais, antes abandonadas a própria sorte, mas agora assistidas pelos poderes públicos, através de planos como os de que tratamos. O submundo das malocas, ..., constitui-se, com efeito, num dos mais graves problemas sociais da atualidade nacional. (...) Felizmente os governos, antes indiferentes a tão clamorosa situação, agora se voltam para a mesma, com



vistas a dar-lhe solução compatível e proporcionar condições educacionais e econômicas aos “maloqueiros”. Em levantar-lhes o nível de vida, em fazer com que eles aprendam a trabalhar e queiram fazê-lo. Em humanizá-los, em suma. Por que só quando isso se conseguir, ter-se-á posto fim a êsse abominável quadro de degradação e miséria (CORREIO DO POVO, 25/10/1966, p. 04).

Totalmente em acordo com o espírito da época, este editorial do Correio do Povo traça louvores ao projeto de obras para a Vila Farrapos, zona norte de Porto Alegre. E, como já se assinalava acima, tão importante quanto as obras é o fervor reformista em relação aos costumes dos “maloqueiros”.

Porém nem sempre os nobres esforços de humanização pareciam encontrar eco junto àqueles que deveriam ter seu nível de vida elevado. Havia maloqueiros que insistiam em permanecer nesta condição. Aos esforços de reforma moral era frequente o acompanhamento dos esforços mais pragmáticos, provenientes da ordem policial.

Mais uma vez a Vila Ilhota, local preferido por maus elementos, inclusive ladrões, foi alvo da ação da polícia... Resultado: a prisão de mais de uma centena de elementos, muitos deles já conhecidos no mundo do crime e de outros que não possuíam documentos de identificação... Durante a batida os policiais encontraram, em algumas moradias, televisores, bicicletas e rádios, cujos possuidores não souberam explicar a procedência dos mesmos (CORREIO DO POVO, 28/07/1965, p. 05).

Neste período, e em outros também, o Estado atuava a partir de duas perspectivas. Ou se lograva a transformação das “vilas de malocas” e, em consequência, de seus habitantes através de meios relacionados a mudanças educacionais ou, como alternativa, sempre era (e é) possível utilizar os aparatos repressivos do Estado. Esta combinação, muitas vezes desigual e em prol das forças policiais, costumeiramente apresenta um bom nível de eficácia. E o fato da população que é alvo destas políticas ter sofrido um largo processo de estigmatização, colabora decisivamente nesta eficácia.

Havia também sinais de resistência. Apesar da eficácia das políticas de remoção das populações de favelas porto alegrenses – eficácia mais simbólica do que real, ou seja, a percepção de uma construção ideológica que foi aceita por quase todos como a solução adequada para o problema habitacional (mesmo que na prática esta solução nunca se colocasse perto de lograr a erradicação das favelas). Contudo, nas brechas era possível encontrar alguma alteridade. Mas esta é uma questão que não há como desenvolver nos limites deste artigo.

## **Considerações Finais**



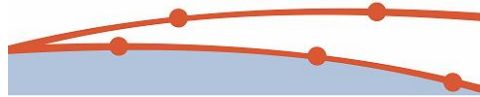
A análise do material jornalístico, bem como a leitura de textos acadêmicos ou de comentaristas sobre este processo permite perceber que a questão do estigma em torno das casas de subabitação, embora já existisse em períodos anteriores, foi fortemente potencializada a partir da década de 1950.

Este incremento de uma visão sombria em torno das moradias das classes populares colaborou decisivamente na construção de políticas públicas de remoção e nos intentos de extirpação de favelas, que durante o período da ditadura militar foram extremamente efetivas. Mesmo que, de forma contraditória (ao menos na aparência) não tenham resolvido o propalado déficit habitacional e tampouco mudado a paisagem social de Porto Alegre ou de outras grandes cidades brasileiras.

Em sua essência, a construção estigmatizada desta população favoreceu o desenvolvimento de políticas de apropriação privada de regiões centrais da cidade e o desenvolvimento urbano de arrabaldes, o que acabou configurando importantes vazios urbanos entre a região central e os subúrbios. Estes vazios urbanos, por sua vez, foram essenciais na estratégia de criação de estoques de terra nas grandes cidades que permitiram, décadas mais adiante, a continuidade dos processos de valorização da terra e especulação imobiliária. Na construção de toda esta dinâmica, o clamor em torno da solução do drama social das “vilas de malocas” foi um fator muito importante. Dificilmente este processo teria acontecido com a mesma intensidade e velocidade sem este ferrenho e constante debate sobre os casinholos, as vilas de malocas e seus habitantes, os marginais.

A construção do estigma em torno destas populações facilitou que a única solução que fosse considerada era a da extirpação das vilas de malocas e da transferência forçada de seus habitantes para os subúrbios; para longe dos olhos e das sensibilidades da população em geral de Porto Alegre, particularmente de seus extratos mais abastados.

Os projetos de urbanização, praticamente sem exceção, durante todos este período refletiram esta visão política conservadora. Estes projetos não advogavam somente a substituição dos casebres por casas populares com boas condições de moradia. O mais importante, justamente por ser menos mencionado, era a transferência destas populações para a periferia da cidade. Era fundamental que os programas e projetos, inclusive com a criação de um órgão municipal específico – o Departamento Municipal de habitação, em 1967 – assumissem de forma efetiva a remoção destas populações (D’ÁVILA, 2000).



Ao operarem sobre os territórios as políticas de desenvolvimento necessitam também articular um imaginário social em torno do que propõem enquanto projeto. A construção do que é adequado ou não, do que é desejável e do que é indesejado para o desenvolvimento da cidade, neste caso Porto Alegre, é tão importante quanto as obras físicas. É a partir da dimensão cultural que se logrará ou não legitimidade para determinadas políticas sociais.

Outra questão é a invisibilidade destas populações de vilas de malocas. Como foi mencionado, são visíveis enquanto problema social e completamente invisíveis no que se refere à possibilidade de participarem da formulação de políticas para as questões que os envolvem. Dos 1.349 registros sobre a questão urbana para o período, nenhum se preocupa em entrevistar alguma liderança comunitária ou algum morador diretamente envolvido em algum conflito ou questão social. São escutadas autoridades políticas da Prefeitura, vereadores da cidade, técnicos de órgãos públicos ou da sociedade da época, tais como engenheiros, arquitetos, policiais, sociólogos, historiadores, assistentes sociais, religiosos etc. As universidades e os centros de representação profissional, além das estruturas de poder local e Igreja Católica, são presença constante dos debates e na construção de soluções.

Os habitantes das “vilas de malocas” nunca são consultados; é como se fossem sombras a serem afastadas, pois estão simplesmente atrapalhando o progresso da cidade. É evidente, para qualquer um dos comentaristas que aparecem nas centenas de páginas de jornal consultadas, que estas populações marginais não estão somente destituídas do direito à cidade e moradia. São uma alteridade que sequer tem direito à voz, pois nada teria a propor.

E, em realidade se nos prendermos aos recortes do Correio do Povo neste período, os moradores destas vilas de subabitação efetivamente não apresentam protagonismo político ou social neste processo. No máximo, durante boa parte deste período sob jugo ditatorial, a partir de manifestações individualizadas do tipo “daqui não saio, daqui ninguém me tira”, vão manifestar tímidas oposições em relação às remoções. Seria este o único cenário a ser constatado ou havia algumas outras formas de protagonismo para atenuar o processo de estigmatização? É uma questão que foge às possibilidades deste artigo, mas fica como ponto de investigações mais aprofundadas.

Por fim, é interessante perceber que, embora as políticas públicas em torno da questão urbana tenham se modernizado, algo ainda se mantém deste período. A complexidade atual em termos de legislação, a multiplicidade de atores locais e movimentos sociais urbanos – mesmo com o atual quadro de declínio –, a importância da valorização de experiências alternativas em torno da questão da moradia e a incorporação à agenda urbana de uma série



de demandas ou questões antes impensáveis torna o processo de pensar e construir as cidades algo mais sofisticado. Contudo, estes novos desafios que buscam novas respostas, ainda estão em grande parte demarcados pela marca de estigma que as populações de meio urbano popular carregam e, em grande medida, construíram sua identidade neste período. Esta não é uma questão menor ou apenas conceitual; diz respeito às múltiplas formas como hoje se constrói o sofrimento da população dos grandes centros urbanos brasileiros.

## Referências

ARAUJO, Neila Prestes de. **Vilas de malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição – Eugenia na Porto Alegre de 1967-1970**. Porto Alegre, Trabalho apresentado no XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS, 18 a 21 julho de 2018

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, Ediouro, 1972.

CORREIO DO POVO. **De novo as malocas**. In. 27 de março de 1955, p. 04.

\_\_\_\_\_. **Malocas na Zona Sul**. In. 28 de dezembro de 1975, p. 04.

\_\_\_\_\_. **Mocambos, favelas e malocas**. In. 02 de novembro de 1957, p.04

\_\_\_\_\_. **Proliferação de malocas é problema crucial da cidade**. In. 21 de setembro de 1975, p.09

\_\_\_\_\_. **Populações marginais**. In. 01 de dezembro de 1959, p.04.

\_\_\_\_\_. **O problema maloca**. In. 25 de outubro de 1966, p.04

\_\_\_\_\_. **Blitz policial na Ilhota**. In 28 de julho de 1965, p.05

D'ÁVILA, Naida. **DEM HAB. Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Unidade Editorial, 2000.

GAMALHO, Nola Patrícia. **Malocas e Periferia - A produção do Bairro Restinga**. Goiânia/GO, Revista Ateliê Geográfico, v. 4, n. 2 abr/2010, p.122-141.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1988

JORGE, Nelson. Malocas. **Diagnóstico evolutivo das subabitações no Município de Porto Alegre**. Porto Alegre, Departamento Municipal de Habitação/PMPA, 1973.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.



MEDEIROS, Laudelino. **Vila de malocas**. Ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

NEVES, Jorge. **O problema da subhabitação em Porto Alegre**. Porto Alegre, Editora Meridional, 1962.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

WEIMER, Günter. **O sanitarismo como planejamento urbano**. In. Redes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, Edunisc, v.9, nº1, jan/abr 2004, p. 121-134.